

PENSAMENTO BRASILEIRO: INTERPRETAÇÕES, LINGUAGENS E LINHAGENS

André BOTELHO¹

Milton LAHUERTA²

Este número de *Perspectivas* está dedicado ao “Pensamento Brasileiro” e procura tratá-lo através de alguns eixos analíticos: as linguagens que o orientam, as linhagens que o organizam e as interpretações que esse vasto campo do conhecimento social gerou acerca do que é o Brasil e sua experiência civilizatória. O volume traz a público, em sua maioria, trabalhos apresentados, preliminarmente, no GT Pensamento Social no Brasil, da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS, em seu XIV congresso, realizado em julho de 2009.

A revista se abre com o texto “A modernização e o nosso pensamento político”, de Rubem Barboza Filho, o único que não resultou diretamente do Congresso da SBS acima referido. Não obstante, ainda que originariamente tenha sido elaborado durante concurso para professor titular realizado pelo autor na Universidade Federal de Juiz de Fora, o texto mantém um diálogo vivo com os temas e ângulos analíticos que organizam o debate sobre intelectuais e sobre o pensamento brasileiro na última década. Nesse sentido, sua presença como texto de abertura do dossiê se justifica não só pela profundidade e originalidade com que Barboza Filho se coloca diante do tema, mas também por sua assídua presença e contribuição em diversos seminários e encontros sobre pensamento brasileiro, realizados tanto em nosso país, como no exterior. A um ponto tem sido expressiva essa sua presença, que não é nenhum exagero considerar que a elaboração do texto se deu também no debate vivo travado nos últimos anos em GTs, Encontros e Seminários, dedicados a

¹ Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio de Janeiro – 20051-070 – Rio de Janeiro – RJ. E-mail: andrebotelho@digirotas.com.br

² Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 14.800-901 – Araraquara – SP. E-mail: mlahuerta@bol.com.br

essas questões, seja na SBS, seja na ANPOCS, seja em outros eventos do gênero. No que se refere especificamente ao GT “Pensamento Social no Brasil” da SBS, Rubem Barboza Filho tem estado presente, como debatedor, nos últimos quatro encontros, tratando sempre de modo bastante polêmico o que ele considera ser a visão predominante acerca do pensamento brasileiro, questionando suas linguagens, as linhagens que se estabeleceram, mas, sobretudo, as interpretações sobre o país e sua herança ibérica.

O texto é um primeiro desenvolvimento de uma hipótese polêmica que atribui o déficit democrático das grandes “linhagens” do pensamento político brasileiro à percepção da permanente necessidade de ruptura com o passado. Barboza Filho considera que, já com as elites fundadoras do país no conturbado século XIX, tal percepção teria se consubstanciado num projeto de esquecimento da tradição dos três primeiros séculos de nossa história, tradição essa que em sua leitura seria inteiramente tributária da linguagem dos afetos. Esse imperativo de ruptura com a tradição teria se imposto desde então em nome do que se considerava ser a necessidade de sincronização do Brasil com o Ocidente, tido como moderno e movido pelas linguagens da razão e do interesse em seu processo de constituição. Na visão de Barboza Filho, para as elites posteriores, políticas ou intelectuais, este imperativo tornar-se-ia uma moeda comum, tanto no que se referia à relação com o passado mais longínquo quanto no que concernia aos períodos mais recentes da história nacional. Seria exatamente essa hostilidade em relação à tradição e ao passado – e o desconhecimento das potencialidades democráticas da linguagem dos afetos – a responsável pela cristalização entre nós de uma pesada herança intelectual, nem sempre perceptível. O autor ao falar dessa herança intelectual refere-se à indiferença intelectual diante do sacrifício de gerações e gerações de brasileiros que construíram suas vidas e interpretações guiadas pela linguagem dos afetos. Essa indiferença, em sua visão, orientaria nossa comunidade intelectual, em seu empenho de construir uma sociedade futura, plenamente moderna e comandada pelas linguagens da razão e dos interesses. Sem dúvida, ainda que polêmica, essa é uma boa inspiração para se pensar a presença da idéia de ruptura com o passado como um dos eixos estruturadores da cultura brasileira que se quer moderna.

O texto seguinte, de Daniela Perutti, trata do pintor paulista José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899) conhecido, sobretudo, por pinturas que traziam como protagonista o caipira, personagem que até então era pouco explorada pela produção pictórica brasileira. Para a autora, Almeida Júnior tomava como referência as correntes estéticas ditas realistas ou naturalistas em busca de um repertório imagético que lhe permita explorar personagens populares, com modos de vida simples, em situações cotidianas, para vincular essas figuras ao que seria uma moralidade propriamente paulista. Em tal produção pictórica, associada à imagem do caipira, não parecia haver um lugar definido para o negro, já que seu corpo, seus gestos, suas marcas corporais – elementos tão valorizados nas personagens caipiras almeidianas – lembrariam um passado escravocrata recente que em nada combinava com os ideais republicanos presentes em suas pinturas de finais do século XIX.

Justamente por isso, o trabalho de Perutti inova ao analisar a presença de personagens negras na obra do pintor. Nesse sentido, destaca que, ao contrário de alguns de seus contemporâneos, como Modesto Brocos, nas telas de Almeida Júnior a presença de personagens negras seria praticamente inexistente. E é justamente essa quase ausência que a autora aborda no texto, analisando duas das poucas obras de Almeida Júnior nas quais o negro aparece, ou quase desaparece, de modo a compreender os fragmentos discursivos produzidos pelo artista a esse respeito. As obras em questão são: *A negra*, na qual a proximidade dada à figura humana em relação ao espectador parece tencionar a total ausência de luz desta tela de pequenas dimensões; e *Partida da Monção*, pintura histórica feita sob encomenda e cuja personagem negra aparece em posição de destaque, ainda que em situação passiva, realizando uma atividade braçal. Já na tela *Negra*, a solução encontrada pelo artista foi a de adotar um enquadramento aproximado, mas em uma tela de pequenas dimensões e pouca luminosidade. Nesse sentido, a mulher pintada por Almeida Júnior causa estranhamento: trata-se de uma negra quase sem corpo. Ou, como o texto analisa muito bem, com um corpo que parece não caber nas representações que as elites de São Paulo, por meio de instituições como o Museu Paulista e o Instituto Histórico e Geográfico, fizeram do paulista.

O texto seguinte trata da obra teatral de José de Alencar e de suas preocupações com a formação da sociedade brasileira

e a idéia de nação. Para o autor do texto, Antonio Herculano Lopes, à diferença de seus contemporâneos, Alencar além de não hesitar em colocar a escravidão em cena, também colocaria no centro de suas preocupações o horizonte de um capitalismo anunciado. Nesse sentido, ainda que o seu modelo fosse o teatro realista francês, centrado nos temas que preocupavam a burguesia – dinheiro e amor –, e a despeito de atuar em um meio ainda bastante acanhado culturalmente, Alencar não se limitaria a transpor para os palcos do Rio de Janeiro o que se produzia em Paris. Em realidade, Antonio Herculano Lopes considera que de seu teatro é possível extrair uma reflexão mais profunda sobre os rumos da sociedade brasileira em momento de transição entre o passado colonial patriarcal e o futuro capitalista burguês. Para ele, a principal inovação do teatro de Alencar teria sido a de trazer para o centro dessa reflexão o papel da mulher – e por extensão da família – na construção de uma sociedade que deveria ao mesmo tempo civilizar-se e manter-se fiel às suas tradições.

O trabalho de Gisele Silva Araújo, “Tradição liberal, positivismo e pedagogia: a síntese derrotada de Rui Barbosa”, tem pretensões ousadas e busca estabelecer um novo modo de se pensar a contribuição do eminente jurista baiano, distanciando-se das interpretações que o apontam, de modo exclusivo, como uma espécie de pai-fundador do “liberalismo doutrinário”. Para a autora, seria necessário rever as interpretações que concebem a Primeira República brasileira como autoritária, por sua relação com o ideário positivista, e como praticante de um liberalismo de fachada, por seu caráter oligárquico. Desde Oliveira Vianna, tal leitura da República brasileira apontaria o mau funcionamento de instituições liberais sobre uma sociedade insolidária como o seu principal defeito de nascimento e Rui Barbosa, freqüentemente tido por um liberal americanista filiado ao federalismo estadunidense, como o seu principal representante.

Contrariando essas interpretações, Gisele Araújo Silva procura apresentar uma interpretação alternativa sobre Rui Barbosa, na qual o seu liberalismo se associa doutrinariamente à oligarquização e ao positivismo na pretensão de temperar o individualismo privatista. Na busca dessa síntese derrotada, na acepção da autora, Barbosa juntaria a seu liberalismo preocupações estritamente positivistas, ao exaltar a família como célula formadora da pátria e propor a centralização política como

remédio contra o autoritarismo oligárquico oriundo da liberdade dos interesses particulares.

Em “Notas sobre as categorias samba e carnaval na crônica de carnaval”, Diego Ramiro Araoz Alves traz uma reflexão bastante interessante sobre a crônica sobre o carnaval, reivindicando para esse tipo de escrita um lugar no pensamento social brasileiro. Para realizar seu intento, o autor concentra-se na análise de livros de cronistas que atuaram nos anos 1930 e 1940, especialmente em Francisco Guimarães, mais conhecido como Vagalume, e em Orestes Barbosa. Expressivos de um momento em que há um grande debate sobre a possibilidade do samba perder suas raízes e acabar sendo reduzido ao carnaval, esses cronistas tinham o “franco propósito de salvaguardar uma memória dos que contribuíram para a fixação do samba como gênero musical e sua relação com o carnaval”. Nos livros *Na roda do samba* e *Samba*, respectivamente, Guimarães e Barbosa, ainda que com visões bastante distintas sobre o assunto, problematizam a questão da autenticidade dos diferentes estilos de samba existentes na década de 1930, dando ênfase aos efeitos que a indústria fonográfica e o rádio vinham produzindo na relação dos sambistas com uma suposta tradição de autenticidade. Para o autor, a própria instabilidade semântica de categorias como as de *samba* e de *carnaval* acaba por favorecer uma análise crítica sobre a autoridade histórica desses cronistas.

O artigo de Alessandra Santos Nascimento procura desenvolver uma reflexão sobre a contribuição de Fernando de Azevedo tanto para a institucionalização da Sociologia no Brasil quanto para o processo de modernização do país ocorrido entre as décadas de 1930 a 1960. Partindo de uma preocupação com a articulação entre “textos” e “contextos”, sua principal hipótese é que a trajetória e as obras de Azevedo podem representar um caminho profícuo para se questionar algumas das explicações canônicas sobre a história desta área do conhecimento no país. O seu foco crítico concentra-se, em particular, naquelas interpretações que privilegiaram a institucionalização como viés explicativo, enfatizando, inclusive, a década de 1960, como seu marco inicial. Do esforço analítico feito pela autora resulta uma versão distinta a respeito dessa história; bem como um apontamento crítico que recoloca em novas bases o papel de Fernando de Azevedo seja para a sociologia, seja para a modernização do país.

No artigo “O projeto civilizatório nacional do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil (1946-1960)”, Maria Letícia Galluzzi Bizzo e Nísia Trindade Lima resgatam um debate que se travou em artigos publicados na revista científica *Arquivos Brasileiros de Nutrição* no período 1944-1960, estabelecendo interessantes nexos entre temas como fome, medicina e nutrição, e o pensamento social do país. Com essa perspectiva, o papel do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil no debate público é recuperado, aparecendo como lugar de gestação de ideias científico-políticas que pregavam a alimentação pública como um meio de se elevar o Brasil a um posto mais elevado no concerto das nações. Nesse debate, os artigos escritos sobre esses temas na revista mantêm um intenso diálogo com chaves de leitura e teorias disponíveis no pensamento social brasileiro; teorias que visavam explicar a especificidade nacional e suas potencialidades.

No artigo “Sociologia e desenvolvimento (1954 - 1964)”, Tatiana Gomes Martins trabalha as controvérsias sociológicas acerca do desenvolvimento que mobilizaram a intelectualidade brasileira e latino-americana nos anos 1950 e 1960. Nesse sentido, procura destacar como a questão do *desenvolvimento* brasileiro, nos anos 1950 e 1960, foi um capítulo fundamental dos “consensos e controvérsias” do Pensamento Social no Brasil. O objetivo principal do texto é analisar o modo particular de inserção da Sociologia Brasileira nos debates característicos do período desenvolvimentista. Com essa perspectiva, a autora procurou resgatar os principais temas que constituíram as bases de uma Sociologia do Desenvolvimento, relacionando-os a um universo amplo de discussões sobre o processo de modernização brasileiro e sobre as formas de conhecimento acerca dele.

No texto “O Cebrap nos anos setenta e a emergência de uma nova interpretação do Brasil”, Katia Aparecida Baptista apresenta um ponto de vista ousado e polêmico para pensar o papel da instituição no cenário intelectual do país, ao vincular o seu sucesso institucional à emergência de uma nova interpretação do país. Para a autora, desde seus primórdios, as análises desenvolvidas pelos pesquisadores vinculados ao CEBRAP revelavam a perspectiva de construção de uma nova interpretação acerca da realidade brasileira. Assim, a produção intelectual do CEBRAP, que repercute ao longo da década de 1970, aponta para a revisão de certas teorias hegemônicas dos

anos 1950 e 1960, e que desde o golpe de 1964 vinham perdendo a legitimidade social que detinham. O significado dessa revisão é profundo e se reflete não apenas na agenda intelectual, que se abre a teorias, temas e métodos novos, mas também no modo de pensar a relação entre essas interpretações e a perspectiva de uma ação concebida em termos estritamente políticos e que não legitimava a lógica militarista tão presente na esquerda armada. Para Baptista, nos artigos e ensaios publicados pelo Centro, ainda que muitas vezes motivados por uma demanda estritamente técnica e/ou acadêmica, é possível encontrar um “estilo de pensamento”, que se expressa num conjunto de trabalhos que impactam o modo de se fazer ciências sociais, interferem no debate político e elaboram uma nova interpretação do país. Para comprovar essa sua hipótese, Baptista estrutura o texto a partir da análise de três programas de pesquisas desenvolvidos pelo Centro nos primeiros anos da década de 1970: 1) Estado e Sociedade Civil; 2) Economia; e 3) Estudos Populacionais.

Num certo sentido, o texto seguinte “Em busca do ‘novo’: movimentos sociais no pensamento social brasileiro dos anos 1970/80” complementa o trabalho de Baptista. Nele, Marco Antonio Perruso realiza um balanço do que considera ser a emergência de uma inflexão no campo intelectual do país, com a valorização dos movimentos sociais e dos novos sujeitos sociais como tema de pesquisa. Para o autor, durante as décadas de 1970 e 1980, uma parte do campo intelectual brasileiro, composta em grande medida por cientistas sociais com intensa vida acadêmica e com vínculos, políticos e ideológicos, com certa esquerda, passou a se dedicar ao estudo dos movimentos populares, notadamente o movimento sindical e os movimentos sociais urbanos. Vários desses intelectuais prestaram assessoria e outras formas de apoio a movimentos populares, inclusive por meio de instituições como o CEDEC e o CEDI. Para o autor, a aproximação com o campo popular, a crítica ao que considera ser a esquerda predominante no pré-64 e a adoção de um padrão universitário de investigação teriam sido importantes para se promover uma significativa inovação no modo de se realizar a pesquisa empírica e a reflexão fenomenológica a respeito do movimento sindical e dos movimentos sociais urbanos. Na interpretação do artigo, essa parte do campo intelectual teria renovado o pensamento social brasileiro dedicado à compreensão da constituição e desenvolvimento dos atores sociais de cunho popular, rompendo

com as interpretações que se nutriam de uma perspectiva nacional-desenvolvimentista e/ou institucional.

Como se poderá notar da leitura dos textos, este volume de *Perspectivas* oferece um conjunto de questões bastante representativo do desenvolvimento contemporâneo da área de pesquisa pensamento social e político brasileiro em seus diálogos com as ciências sociais, e as humanidades em geral. Representativo porque está em jogo na área atualmente não apenas uma diversificação dos seus objetos, metodologias empregadas e teorias propostas que, no limite, tem levado a um alargamento da própria noção de “pensamento social”, como também a busca de novas visões sintéticas sobre a nossa tradição intelectual, cultural e política. Esses são desafios em nada modestos que têm acompanhado o notável crescimento quantitativo das pesquisas e dos pesquisadores da área; e tem igualmente orientado o GT da SBS, atualmente sob nossa coordenação, cuja atuação nos últimos dez anos vem, assim, contribuindo também para modelar o pensamento social como área de pesquisa e ensino diferenciada no conjunto das ciências sociais praticadas no Brasil.